



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO DE 2016.

Nº. 15/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

Conforme pedido apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, foi justificada a sua falta à reunião anterior, por motivos profissionais inadiáveis.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 14,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informou o Sr. Presidente da sua presença na cerimónia de inauguração das obras de renovação da ETA do Monte da Rocha, com participação do Sr. Ministro do Ambiente, e que vai permitir o abastecimento de água a cerca de 18.000 habitantes.

O Vereador Paulo Nascimento distribuiu o Caderno nº4 do Museu da Ruralidade e informou que está edição irá ser apresentada no âmbito das comemorações do V Aniversário do Museu da Ruralidade, a decorrer durante a próxima semana, nas localidades onde existem núcleos, no âmbito das quais irão ser promovidos, entre outras iniciativas, fóruns de discussão com a população com o objetivo de se definirem ações para este projeto de Museu do território, referindo também que se iniciaram no Lombador os trabalhos para a criação do próximo núcleo.

O Vereador informou ainda que se procedeu à instalação de equipamento de projeção de cinema digital no Cineteatro Municipal, pelo que se prevê o retomar da atividade regular de exibição cinematográfica a partir de Setembro.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e nominalmente, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, por não ter estado presente na reunião em causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Ofício da CORTIÇOL, informando que declinou a sua participação na prevista “corrida de toiros” incluída desde há anos no Programa das Festas da Vila de Entradas, por não se encontrarem reunidas as condições exigíveis para tal evento.
- E-mails do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento dos seus Projetos de Resolução que recomenda ao Governo “a valorização do aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região” e a assunção de compromissos com a calendarização das construções e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região”
- E-mail do mesmo Grupo Parlamentar dando conhecimento do seu Projeto de Lei “Primeira alteração ao Decreto-Lei nº. 49/2014, de 27 de Março - Regulamenta a Lei nº.62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.”#

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2016:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que a partir da publicação da nova lei que estabeleceu o regime financeiro das autarquias locais, Lei nº.73/2013, de 3 de Setembro, adiante designada de RFAL, os municípios passaram a ter de apresentar para além da prestação das suas contas individuais, as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, p.f. do artigo 75º/1 da mencionada lei;

Considerando que o Município de Castro Verde detém participações em duas empresas do setor empresarial local: RESIALENTEJO e o Matadouro do Litoral Alentejano e numa Cooperativa, a ESDIME;

Considerando que o diploma entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, encontrando-se nesta data decorrido o ano económico de 2015, determinou o legislador que os documentos de prestação de contas consolidadas são elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo a ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal durante a reunião ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam, cf. determina o art.º 76º/2 do mencionado diploma, altura em que as entidades privadas já têm encerrado as suas contas relativas ao ano transato;

Considerando que a RESIALENTEJO só no passado dia 15 de Julho do corrente aprovou as suas contas;

Considerando que as participações detidas nestas entidades atrás mencionadas são minoritárias, logo temos de apresentar o Balanço consolidado através do método da equivalência patrimonial; Assim face ao exposto, e no uso da competência que me confere o art.º 35º/1-o), do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, proponho a Consolidação das Contas relativas ao ano de 2015, para aprovação da Câmara Municipal, e posteriormente que sejam remetidas para apreciação do Órgão deliberativo do Município, cf. se determina o art.º 76º/2 da Lei nº.73/2013, de 03 de setembro, do Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Apreciados os documentos, foram os mesmos submetidos a votação, tendo sido aprovados, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, para efeitos de apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do nº.2 do referido artigo 76º da legislação acima referida.

Ficam anexos à presente ata, dando-se, por isso como aqui integralmente transcritos, os documentos ora aprovados.

2.- Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o nº. 631 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/10, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, a emissão de pareceres prévios favoráveis para a celebração do contrato de aquisição de serviços de circuitos especiais de transporte de alunos que frequentam o ensino escolar no concelho de Castro Verde, no ano letivo 2016/2017, nos seguintes termos, através de concurso público:

- Lote 1 - circuito urbano - pelo preço base de 2,00 €/km.
- Lote 2 - Transporte Escolar extra - urbano (Castro Verde - Aivados - Casével - Almeirim - Castro Verde) - pelo preço base de 1,00 €/km.
- Lote 3 - Transporte Escolar extra - urbano (Castro verde - Viseus - Figueirinha, Herdade do Touril - Santa Bárbara de Padrões) pelo preço base de 1,00 €/km.
- Lote 4 - Transporte Escolar extra - urbano (São Marcos da Ataboeira - Castro Verde) pelo preço base de 120,00 €/dia.

3. - Alienação de lote de terreno em Castro Verde:

Apreciou a Câmara o pedido formulado Hugo José Rianço Encarnação em que solicita autorização para a alienação do lote de terreno para construção urbana, identificado com o nº. 33, sito na Rua Timor Lorosae, em Castro Verde, que adquiriu a esta Câmara Municipal, através do concurso

público em 2013, por já não reunir as condições necessárias para concretizar a respetiva construção.

A Câmara, em face dos motivos evocados, deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, autorizar o requerente a alienar o lote de terreno em causa, renunciando aos ónus constantes da escrita de compra e venda.

4. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos de decisão que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas, a Fernando Martins da Silva, em representação da Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro, para realização de bailes na sua sede, sita na Rua Morais Sarmiento, em Castro Verde, das 21 horas do dia 16 de Julho até às 3 horas do dia 13 de Agosto próximo, em cada dia que realizarem o evento, e a Álvaro Manuel Mestre Rebolo, em representação do Grupo de Amigos dos Namorados, para realização das suas Festas de Verão (bailes) das 9 às 4 horas do dia 8 a 10 de Julho corrente.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar os atos de decisão em causa relativamente à concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Obras e Loteamentos Municipais

- **Plano de Segurança e Saúde da empreitada de execução de passadeiras elevadas para peões e sinalização horizontal na Rua de Almodôvar e Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o despacho favorável de aprovação que proferiu sobre o Plano de Segurança Saúde da empreitada em título, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade e nominalmente ratificar a decisão do Sr. Presidente

Reparou contudo o Sr. Vereador Carlos Pereira para a falta de sinalização da presença das recentes passadeiras construídas tendo em atenção a altura de uma delas e que já provocou sobressaltos a alguns automobilistas.

Face ao reparo concluiu-se que a sinalização deve ser reforçada, nomeadamente nesta fase de execução dos trabalhos, e que a passadeira em causa deve ser corrigida na respetiva entrada e saída.

2. - Obras particulares/outros:

- **Deliberação final sobre processo de obras:**

Apreciou a Câmara e deliberou por unanimidade e nominalmente aprovar os projetos da especialidade apresentados por Vanessa Sofia Paulino Santos e outro, para ampliação da sua habitação sita na Rua 4 de Junho nº.2, em Castro Verde (proc.º nº. 6/2016).

- **Projeto de arquitetura:**

Apreciou a Câmara e, em face do parecer técnico proferido sobre mesmo, deliberou por unanimidade e nominalmente aprovar o projeto de arquitetura, apresentado por Ana Rita Costa Sebastião, para remodelação/ampliação da sua habitação sita na Rua Joaquim Romão Júlio nº.17, em Castro Verde.

- **Emissão de parecer sobre constituição de compropriedades:**

Foi presente um requerimento em que Catarina dos Santos Guerreiro Batista, residente na Rua Castilho nº.7-A, em São Marcos da Ataboeira, solicita a emissão de certidão de parecer para constituição de compropriedade nos termos do art.º 54º, nº.1, da Lei nº. 91/95, de 2 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº.64/2003, de 23 de Agosto, para efeitos de escritura de doação dos prédios rústicos denominados “Monte Novo do Achado”, sito na Freguesia de São Marcos da Ataboeira, inscritos na respetiva matriz sob os artigos nº. 3 e 4, secção H, dado que da mesma resulta a adjudicação em compropriedade a favor de seus filhos Maria Dulce Guerreiro Batista Tomé Marques e Manuel dos Santos Batista Tomé.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada pela Secção Técnica Administrativa, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade para os fins em causa, na medida em que não se verificam os pressupostos fundamentais previstos no nº.2 do artigo 54º da Lei nº.64/03, de 23 de Agosto.

- **Receção definitiva das obras de urbanização relativas ao loteamento urbano**

Apreciou a Câmara o auto de receção definitiva, elaborado por peritos municipais, das obras de urbanização relativas ao loteamento urbano do prédio denominado “Farjais”, sito na Rua de Almodôvar e de São João, em Castro Verde, licenciado em nome de Jorge Manuel Cabrita Nunes, e no qual confirmam que as mesmas se encontram concluída e executadas de acordo com as boas normas de construção, em conformidade com o projeto aprovado pela Câmara Municipal, razão pela qual consideram a obra em condições de ser recebida definitivamente.

A Câmara, em face do exposto, deliberou, por unanimidade e nominalmente, proceder á receção definitiva das obras de urbanização relativas ao loteamento urbano em causa.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - XXIV Festival Sete Sois Sete Luas:

Apresentou o Sr. Vereador Paulo Nascimento a proposta de reedição do Festival sete Sóis Sete Luas, a levar a efeito nos dias 9 a 11 de Setembro próximo.

Apreciado o documento que integra o respetivo programa e orçamento, cujo conteúdo foi pormenorizadamente explicado pelo Senhor Vereador Paulo Nascimento, e que constitui anexo à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcrito. Passada a votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta para a realização da edição de 2016 da Planície Mediterrânica nos dias 9 a 11 de Setembro próximo, cuja estimativa orçamental é de 54.900 € (com IVA incluído).

2. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Tendo presente a informação e a documentação formulada pela Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria Nobre Alves, Paula Cristina dos Santos Duarte, Francisco Sequeira Costa Colaço Janeiro, Carla Manuela Soares Guerreiro e Guerreiro, residentes em Castro Verde, no escalão A, e a Virgínia Rosa Brito, residente em Almeirim, e a Bárbara Santos Madeira, ambas no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de Deonilde Maria Policarpo Guerreiro, residente no Monte Serro, e de Maria Eugénia Nascimento, residente no Monte das Piçarras, ambas no escalão A.
- Indeferir o pedido de cartão social de José Leonor Duarte Martins e de Maria Helena Mestre, residentes em Castro Verde, em virtude do seu rendimento per capita exceder o previsto no respetivo Regulamento Municipal.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,55 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.